

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO BRASIL: MULHER CUIDADORA E HOMEM PROVIDOR?

Sexual division of labor in brazil: male breadwinner and female caregiver?

Marcio Rogério Kurz²²
Nanci Stancki da Luz²³

Resumo

Um aspecto marcante do mundo do trabalho é o acentuado crescimento da participação feminina, aumento acompanhado pela ampliação do número de domicílios cheados por mulheres e da sua contribuição para a renda familiar, alterando, de alguma forma, a tradicional divisão sexual do trabalho, que atribui à mulher a função de cuidadora e ao homem a função de provedor do lar. A redução do número de filhos, o aumento das famílias sem filhos e de famílias monoparentais são alterações que influenciaram em outras formas de arranjos familiares. Este estudo quantitativo, apoiado na estatística descritiva, buscou conhecer e comparar diversos aspectos nas relações e realidades das mulheres no mundo do trabalho, sob a ótica da divisão sexual do trabalho, em um período de 10 anos no Brasil. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os anos de 2002 e 2011.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho. Mulher Cuidadora. Homem Provedor. Divisão Sexual do Trabalho. Relações de Gênero.

Abstract

A striking aspect of the world of work is the sharp increase in female participation, increase followed by the rise in the number of households headed by women and their contribution to the family income, changing somehow the traditional sexual division of labor that assigns to women the role of caregiver and to man the role of provider of home. Reducing the number

22 Mestrando em Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - PPGTE da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. marcio.kurz@ibge.gov.br

23 Professora Doutora. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Departamento Acadêmico de Matemática da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. nancist@terra.com.br

of children, the increase in households without children and single parent families are influencing changes in other forms of family arrangements. This quantitative study, supported by the descriptive statistics, sought to know and compare different aspects in relationships and realities of women in the workplace, from the perspective of the sexual division of labor in a period of 10 years in Brazil. Data are from the National Household Sample Survey (PNAD) of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) for the years 2002 and 2011.

Keywords: World of Work. Woman Caregiver. Man Provider. Sexual Division of Labor. Gender Relations.

Introdução

Em 1872, quando foi realizado o primeiro recenseamento no Brasil, a população era de 9.930.478 habitantes. Durante 139 anos a população cresceu quase 20 vezes, segundo apontam os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2011, a marca chegou a 195.243.000 habitantes, dos quais 100.504.000 eram de mulheres, perfazendo 51,48% do total da população. (PNAD, 2011, p. 44).

Considerando este quantitativo da população feminina brasileira, analisam-se as demandas das mulheres, dentre as quais a busca de condições justas e igualitárias no mundo do trabalho feminino.

Desta forma, este artigo pretende contribuir com o debate e os estudos sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 2002 e 2011, analisando alguns indicadores desta população, na perspectiva dos estudos da divisão sexual do **trabalho**. **As informações** a serem analisadas serão baseadas nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os anos de 2002 e 2011, perfazendo, portanto, dez anos de análise.

Divisão sexual do trabalho

Ao longo da história da humanidade o trabalho foi diferenciado entre homens e mulheres, seja em termos de suas características, seja pelo seu

reconhecimento ou sua remuneração. O conceito de gênero se coloca como fundamental para a compreensão destas diferenciações. As formas de inserção e permanência no mercado de trabalho variam segundo o gênero - não pelas diferenças biológicas e de natureza - mas pelas relações culturais, sociais e econômicas que designam diferentes condições de acesso ao mercado de trabalho tanto para os homens quanto para as mulheres. (OIT/MTE, 2002, p. 23).

A divisão sexual do trabalho é modulada histórica e socialmente, designando os homens, prioritariamente, como provedores da família, responsáveis pela esfera produtiva – espaço público (masculino) – e protagonistas de atividades com maior valor social adicionado. As mulheres, entretanto, como cuidadoras da família, foram designadas para a esfera reprodutiva – espaço privado (feminino) – exercendo papéis com menor valor social adicionado. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

A pesquisadora Silvia Yannoulas (2002, p. 15) conceituou a divisão sexual do trabalho da seguinte forma:

Divisão sexual do trabalho: é uma categoria utilizada pelas Ciências Sociais para indicar que, em todas as sociedades, homens e mulheres realizam tarefas distintas. Entretanto, as tarefas atribuídas a cada sexo variam de cultura para cultura, ou ainda dentro da mesma cultura, de uma época para outra. Ressaltamos a questão temporal porque é uma característica fundamental das relações de gênero: sua mutabilidade no tempo. Por exemplo: a docência era uma tarefa fundamentalmente masculina nos inícios da profissão, na Europa. Quando nos defrontamos com estas mudanças temporais no exercício de uma profissão, é importante observar quais foram os fundamentos que deram origem a tal mudança, pois exprimem novas formulações culturais das relações entre os gêneros. (YANNOULAS, 2002, p. 15, grifo da autora).

Outro aspecto da divisão sexual do trabalho é a conciliação entre as atividades da vida familiar e as atividades da vida profissional. Helena Hirata (2010, p. 2) descreveu quatro modelos de conciliação para as atividades da vida familiar:

Modelo tradicional:

Considera que a mulher não trabalha no mercado formal, apenas exercendo o papel de cuidar dos afazeres domésticos e dos filhos. Ao homem é reservado o papel de provedor do lar.

Modelo da conciliação:

A mulher trabalha em atividade formal e exerce as responsabilidades do trabalho profissional (público), conciliando-as, somente ela, com as atividades do lar (privado). Já o homem não concilia.

Modelo da parceria:

As mulheres e os homens são parceiros e suas relações são de igualdade e não de poder. As atividades domésticas e os cuidados da família são exercidos e repartidos por ambos, resultando em igualdade entre os sexos.

Modelo da delegação:

Este modelo traz uma “solução” para o antagonismo entre as atividades profissionais e os afazeres domésticos. A mulher delega a outra mulher as atividades domésticas e os cuidados da família.

A crescente participação das mulheres, tanto no mercado formal de trabalho quanto nas atividades informais, é acompanhada pelo crescimento do emprego vulnerável, precário e exível. De um lado existem mulheres estabilizadas profissionalmente, atuando em atividades intelectualizadas, com melhores condições e remunerações, e, de outro, mulheres que se mantêm em ocupações consideradas pouco qualificadas, com baixa remuneração e precarizadas. Esta bipolarização do trabalho feminino traz antagonismos e desigualdades, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres. (HIRATA, 2011, p. 14; 2010, p. 1).

A Tabela 1 apresenta os dados quantitativos sobre a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, os quais foram coletados pelo IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) com amostragem em todo o território brasileiro nos anos de 2002 a 2011.

A Tabela 1 apresenta os dados das pessoas com 10 anos ou mais e que estavam trabalhando na semana da pesquisa. Os dados são comparados entre os anos de 2002 e 2011. Observa-se que, do total de aproximadamente 100 milhões de pessoas trabalhadoras brasileiras, as mulheres registraram um crescimento de 17,68% na participação no mercado de trabalho em 2011, quando comparado a 2002. São 6,5 milhões de mulheres a mais no mercado de trabalho em 10 anos. Já os homens registraram um crescimento menor, de 13,75% para o mesmo período.

Tabela 1 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas
na semana de referência, por sexo - Brasil (Mil pessoas)

Sexo	2002	2011	%
Total	86.835	100.223	15,42
Homem	49.979	56.850	13,75
Mulher	36.856	43.373	17,68

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria.

Este significativo crescimento das mulheres no mercado de trabalho brasileiro guarda uma estreita relação com o número de mulheres que são responsáveis pelo domicílio. Em 2002 eram 1.704.000 mulheres responsáveis pelo lar, e, em 2011, este quantitativo chegou a 7.671.000, um aumento expressivo de 350%, enquanto o aumento do número de homens responsáveis pelo domicílio foi de apenas 2,97%, conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 - Pessoas residentes em domicílios particulares e sexo da
pessoa de referência, por sexo - Brasil (Mil pessoas)

Sexo	2002	2011	%
Total	34.771	41.721	19,99
Homem	33.067	34.050	2,97
Mulher	1.704	7.671	350,18

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria.

Por outro lado, observa-se, também, que o número de homens responsáveis pelo domicílio ainda é muito maior que o de mulheres: são 34.050.000 contra 7.671.000 em 2011, perfazendo uma diferença de 343,88%.

Outra mudança significativa que se observa na sociedade com maior participação das mulheres trabalhadoras é o número de casais com filhos e sem filhos. Em 2002 eram 5.572.997 casais que tinham filhos em idades variadas, e em 2011 esse quantitativo passou a ser de 5.412.934, uma redução de 2,96%, mesmo com o crescimento geral da população, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Casal com filhos de idades variadas - Brasil

Tipo	2002	2011	%
Casal com filhos	5.572.997	5.412.934	-2,96

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria.

Já no número de casais sem filhos ocorreu um aumento expressivo - em 2002 eram 7.321.177 e em 2011 registraram-se 11.923.067 casais sem filhos, importando em crescimento da ordem de 62,86%, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Casal sem filhos - Brasil

Tipo	2002	2011	%
Casal sem filhos	7.321.177	11.923.067	62,86

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria.

Esta transformação é explicada, em parte, pelas transformações tecnológicas ocorridas na biologia e medicina, que possibilitaram maior controle sobre a gravidez e a reprodução humana. (CASTELLS, 1999, p. 171).

Outro aspecto relacionado às mudanças ocorridas na sociedade em função da maior participação das mulheres no mercado de trabalho, é o número de residências em que há apenas um morador. Em 2002 existiam 5.017.199 de domicílios com um morador. Destes, 2.512.714 eram de domicílios com apenas uma mulher moradora. Já em 2011 o número total de moradores solitários passou a ser de 7.853.935, dos quais 4.036.038 eram de mulheres morando sozinhas, ou seja, um crescimento da ordem de 60,62%.

A Tabela 5 mostra o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade e seus rendimentos agrupados por classes de rendimento mensal. Observa-se que houve uma redução significativa de homens e mulheres que deixaram de ganhar mais de 10 salários mínimos em um período de 10 anos. Houve uma redução de aproximadamente 30% no grupo de indivíduos com maior remuneração na sociedade brasileira.

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal,

por sexo - Brasil (Mil pessoas)

Sexo	Classe de Rendimento Mensal	2002	2011	%
Homem	Total	67.525	77.866	15,31
	Até 3 salários mínimos	34.497	45.214	31,07
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	11.197	10.722	-4,24
	Mais de 10 salários mínimos	3.155	2.171	-31,19
	Sem rendimento	18.676	19.759	5,80
Mulher	Total	72.914	84.865	16,39
	Até 3 salários mínimos	32.334	46.817	44,79
	Mais de 3 a 10 salários mínimos	6.003	6.009	0,10
	Mais de 10 salários mínimos	1.361	948	-30,35
	Sem rendimento	33.216	31.091	-6,40

Fonte: IBGE - PNAD. Elaboração própria.

Em relação aos rendimentos médios mensais observa-se que tanto homens quanto mulheres estão, em sua maioria, na classe de trabalhadores que ganham até 3 salários mínimos mensais - são 45.214.000 homens, um crescimento de 31,07% em 10 anos, e 46.817.000 mulheres, registrando um crescimento expressivo de 44,79% em 10 anos. Ainda nesta classe de renda estão 92.031.000 de pessoas trabalhadoras, o que representa 82,26% da população brasileira, que, em 2011, obteve algum rendimento médio mensal de até 3 salários mínimos mensais.

Em estudo próprio, Castells (1999, p. 200) pontuou que “as mulheres ocupam cargos que exigem qualificações semelhantes em troca de salários menores, com menos segurança no emprego e menores chances de chegar às posições mais elevadas”.

Observa-se, ainda, na Tabela 5, que o número de mulheres sem rendimento registrou uma redução de 6,40%, enquanto o número de homens sem rendimento aumentou em 5,80%, isto é, eram 18.676.000 em 2002, passando a 19.759.000 em 2011. Estes números representam um aumento de 1.083.000 homens sem renda em um período de 10 anos, ou seja, 108.300 homens que entram sem renda por ano, ou ainda, aproximadamente, 300 homens por dia.

Considerações finais

É inquestionável que as famílias e o mercado de trabalho passaram por profundas transformações com a inserção das mulheres no mundo do trabalho remunerado. Para este grande contingente de mulheres trabalhadoras ainda existe a dupla e até a tripla jornada de trabalho, que no âmbito particular lhes impõe o cuidar dos filhos, do marido e das tarefas femininas típicas do sistema patriarcal. E, no âmbito público, lhes impõe enormes diferenças salariais e atividades precarizadas em relação aos homens.

Este estudo apresentou uma série de indicadores, como por exemplo, o crescimento das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Foram 6.500.000 mulheres a mais no mercado de trabalho em apenas 10 anos, registrando um crescimento de 17,68%.

Este crescimento das mulheres no mercado de trabalho contribui para diversas transformações da sociedade, dentre as quais novos arranjos familiares e alterações na divisão sexual do trabalho. Este estudo apresentou o quantitativo de 7.671.000 mulheres responsáveis pelo lar em 2011, um aumento expressivo de 350%. Estas mulheres, com renda própria, passaram a ter maior poder de negociação nas divisões das tarefas do lar, por exemplo.

Outra alteração que se observa é a redução de 2,96% no número de famílias com filhos em idades variadas e o crescimento de 62,86% no número de casais sem filhos - foram registrados 11.923.067 casais nesta situação em 2011.

A inserção da mulher no mercado de trabalho possibilitou maior auto-

nomia feminina, o que colaborou para a ampliação do número de mulheres que moram sozinhas, uma vez que as pesquisas indicaram 4.036.038 mulheres morando nesta condição em 2011, apontando um crescimento de 60,62% em 10 anos. Outro indicador importante nestas transformações da sociedade foi o número de mulheres sem rendimento, que registrou uma redução de 6,40% em 2011.

Diante disso, observa-se que se amplia o número de mulheres com possibilidade de autonomia financeira, o que contribui para as mudanças nas relações de gênero, permitindo também alterações na divisão sexual do trabalho e no enfraquecimento da percepção de mulher apenas como cuidadora e do homem como único provedor.

Referências

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **O Poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo. Paz e Terra, 1999, p. 169-278.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 11, 2º Semestre de 2010.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. In: DRUCK, Graça & FRANCO, Tânia (org.). **Trabalho, precarização e resistências**. Caderno CRH, Salvador, n. 01, v. 24, p.13-20, 2011.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios – 2002 e 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default.shtm>>. Acesso em: jun. 2013.

OIT/MTE. **Referencial de Planejamento - Diversidade e Educação Profissional**. 1 ed. - Brasília: OIT, 2002. 56 p.

YANNOULAS, Sílvia C. Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: **CFEMEA**; FIG/CIDA, 2002.